



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional da CODEVASF

ANEXO I

JUSTIFICATIVAS



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

6ª Superintendência Regional da CODEVASF

Finalidade:

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade dos bens a serem adquiridos, previstas no Termo de Referência e que aqui, depois de relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas da necessidade da contratação:

Conforme ETP (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR).

Da adoção pelo uso do PREGÃO ELETRÔNICO e do SRP (SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS):

A modalidade de licitação é Pregão Eletrônico, considerando que se trata de **bens comuns**, pois são bens que são facilmente encontrados à pronta entrega em lojas do ramo no mercado e sua adoção visa ampliar a eficiência na competitividade entre os licitantes, assegurar o tratamento isonômico, buscar maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

A técnica envolvida na execução do fornecimento objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução, conforme consta das Especificações Técnicas que integrarão o Edital e planilhas de quantidades e preços máximos.

Entende-se ser possível a realização da licitação na modalidade Pregão, com Sistema de Registro de Preços, porque não há como prever, no momento, o quantitativo exato a ser adquirido, existindo assim a possibilidade de contratações parceladas, à medida que forem sendo apresentados novos pedidos dos itens incluídos na presente licitação.

Não divulgar Intenção de Registro de Preço – IRP:

Considerando a necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório perante a perspectiva de liberação orçamentária nos últimos meses do exercício uma vez que qualquer atraso poderá comprometer as contratações, trazendo prejuízos ao interesse público; considerando ainda a possibilidade jurídica de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços, conforme § 1º, do Art. 4º, do Decreto 7.892/2013, Acórdão 2618/2018-Plenário TCU e Art. 20 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, solicitamos a não divulgação da Intenção de Registro de Preços.

Da admissão de adesão dos Órgãos Não Participantes (carona):

Sim – Justifica-se pela economicidade, tendo em vista que os preços unitários tendem a ser menores quando se permite a carona devido ao ganho em escala nas aquisições, além de que são itens comumente adquiridos pelos órgãos públicos, inclusive pelas Superintendências Regionais da Codevasf, proporcionando enorme celeridade e vantajosidade para as entidades da administração pública.

Justificativa de reserva de cota de 10% (dez) por cento:

Em atendimento ao disposto no inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e considerando que o objeto da presente licitação é dividido em itens e não haverá prejuízo para o conjunto do fornecimento, será permitida a cota de 10% (dez) por cento, conforme planilhas de quantidades, anexas. Esse percentual foi estabelecido em função da preservação da economia de escala, tendo em vista os maiores volumes praticados por grandes fornecedores, e em função da viabilidade na participação das empresas enquadradas nesta Lei. . Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.



Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

6ª Superintendência Regional da CODEVASF

Permite Participação de Consórcios e Sociedades Cooperativas

Não. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo conseqüentemente não necessária a formação de consórcios. Em relação a não participação de Sociedades Cooperativas enfatizamos que a licitação será de aquisição de itens específicos, ou seja, mero fornecimento de máquinas, equipamentos e materiais, não existindo o fornecimento de serviços e mão de obra. Isso proporciona maior disponibilidade de empresas e competitividade entre as empresas, fato benéfico para a administração pública.

Permite Subcontratação:

Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação, com vistas à obtenção da melhor proposta à Administração Pública. Devido à natureza do objeto a ser contratado - fornecimento de materiais homogêneos e específicos – a logística necessária não demanda subcontratação de terceiros para a execução dos contratos.

Justificativa da vantajosidade da divisão do objeto da licitação em itens:

Proporcionar uma maior competição entre as empresas, obtendo a melhor proposta para a administração pública.

Divulgação do orçamento:

Orçamento público, justificado em virtude do disposto no Acórdão nº 1.502/2018 – TCU.

Critério de Julgamento:

Menor preço por item. Justifica-se de modo a buscar o melhor preço para a administração pública (princípio da economicidade), destacando que foi previsto/especificado as condições mínimas para garantir a qualidade dos itens fornecidos.

O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de 0,5%, valor que procura equilibrar a diferença entre os valores unitários e quantitativo dos diversos itens.

Sustentabilidade Ambiental:

Serão atendidos os requisitos previstos na legislação aplicável.

Garantia do Objeto:

A garantia técnica de fábrica dos reservatórios de água deverá ser de no mínimo 24 (vinte e quatro) meses, sem limite de tempo de uso, a contar da data do recebimento definitivo do bem, proporcionando segurança na aquisição e assegurando competitividade, observadas as especificidades mercadológicas. Caso a licitante ofereça produto com garantia de fábrica superior ao exigido no edital, prevalecerá a garantia do fabricante, por ser mais vantajoso para a administração pública.

Aprovação do Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar – ETP:

O Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar serão aprovados por ato da autoridade competente.

Apresentação de amostras:

Para o escopo do fornecimento não é necessário a apresentação de amostra para avaliar o rendimento e qualidade do produto a ser fornecido.

Dos quantitativos a serem licitados:

Conforme ETP (ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR).